



Poder Executivo

ATOS E DESPACHOS DO GOVERNADOR

LEI COMPLEMENTAR N° 63, DE 9 DE JULHO DE 2024.

cria o Centro de Autocomposição de Conflitos - COMPOR, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS

Faço saber que o Poder Legislativo Estadual decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1° Fica criado no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, o Centro de Autocomposição de Conflitos - COMPOR, que terá por finalidade realizar estudos, incentivar e adotar métodos autocompositivos como a negociação, a mediação, a conciliação, as práticas restaurativas e as convenções processuais.

§ 1° O COMPOR é órgão diretamente subordinado à Procuradoria-Geral de Justiça, com atribuição em todo o Estado de Alagoas, devendo atuar nas seguintes matérias:
I - de competência originária do Tribunal de Justiça;

II - que se encontrem em grau de recurso; e

III - de primeiro grau, que envolvam:

- políticas públicas;
- alta complexidade e grande repercussão social;
- temas que afetem mais de uma comarca.

§ 2° Nas hipóteses dos incisos II e III, das alíneas a e b, o COMPOR somente atuará a partir de iniciativa do órgão natural de execução, que funcionará conjuntamente sempre que possível.

§ 3° O COMPOR atuará de ofício nas hipóteses dos incisos I e III, alínea c do § 1° do caput deste artigo.

Art. 2° Fica criada a função de Diretor do COMPOR, que será exercida por Procurador de Justiça de livre escolha do Procurador-Geral de Justiça.

Parágrafo único. Compete ao Diretor do COMPOR dirigir suas atividades, realizar o planejamento interno, supervisionar os trabalhos, representar o órgão e apresentar relatório anual de funcionamento ao Colégio de Procuradores de Justiça.

Art. 3° O Procurador-Geral de Justiça poderá designar até 2 (dois) membros do Ministério Público para atuarem como auxiliares do Diretor do COMPOR, sem prejuízo de suas funções de origem.

Art. 4° O Regimento Interno do COMPOR será baixado por Resolução do Colégio de Procuradores de Justiça.

Art. 5° O Colégio de Procuradores de Justiça poderá criar e regulamentar Núcleos Permanentes de Incentivo à Autocomposição - NUPIA, subordinados ao COMPOR.

§ 1° Compete, a cada NUPIA, a difusão e a implementação de métodos preventivos e de solução consensual de conflitos, com o objetivo de promover o diálogo e incentivar ajustes construídos pela própria sociedade para a construção de uma cultura de paz.

§ 2° O NUPIA atuará a partir de solicitação ou de prévia anuência dos órgãos naturais de execução, devendo funcionar nas matérias que estão fora da alçada do COMPOR.

Art. 6° As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão por conta das dotações orçamentárias do Ministério Público do Estado de Alagoas.

Art. 7° Esta Lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO REPÚBLICA DOS PALMARES, em Maceió, 9 de julho de 2024, 208° da Emancipação Política e 136° da República.

PAULO SURUAGY DO AMARAL DANTAS
Governador

JOSÉ ROBERTO SANTOS WANDERLEY
Gerente de Documentação e Publicação de Atos Governamentais
Protocolo 870054

LEI N° 9.308, DE 9 DE JULHO DE 2024.

DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E DOS PENSIONISTAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS

Faço saber que o Poder Legislativo Estadual decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1° A remuneração dos servidores efetivos do quadro de serviços auxiliares de apoio técnico e administrativo do Ministério Público do Estado de Alagoas será reajustada em 5,01% (cinco inteiros e um centésimo por cento).

Parágrafo único. O percentual de reajuste referido no caput deste artigo aplica-se igualmente:

I - a remuneração dos cargos de provimento em comissão de todas as categorias da estrutura administrativa do Ministério Público do Estado de Alagoas;

II - ao valor das funções gratificadas de todas as categorias da estrutura administrativa do Ministério Público do Estado de Alagoas;

III - aos proventos dos servidores inativos e a todas as pensões, com e sem paridade remuneratória, decorrentes do exercício de cargos da estrutura administrativa do Ministério Público do Estado de Alagoas.

Art. 2° As pensões sem paridade remuneratória, decorrentes do exercício de cargos de membros do Ministério Público do Estado de Alagoas, serão reajustadas em 5,01% (cinco inteiros e um centésimo por cento).

Art. 3° Os reajustes previstos nesta Lei serão aplicados a partir da sua entrada em vigor, com efeitos financeiros retroativos ao mês de janeiro de 2024.

Art. 4° As despesas decorrentes do cumprimento desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Ministério Público do Estado de Alagoas.

Art. 5° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO REPÚBLICA DOS PALMARES, em Maceió, 9 de julho de 2024, 208° da Emancipação Política e 136° da República.

PAULO SURUAGY DO AMARAL DANTAS
Governador

LEI N° 9.309, DE 9 DE JULHO DE 2024.

ALTERA A LEI ESTADUAL N° 3.185, DE 1° DE DEZEMBRO DE 1971, QUE DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE CUSTAS JUDICIAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS

Faço saber que o Poder Legislativo Estadual decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1° O art. 11 da Lei Estadual n° 3.185, de 1° de dezembro de 1971, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 11. As custas relativas aos atos taxados nesta Lei, salvo disposição em contrário, serão exigíveis logo após a realização de cada um deles.

§ 1° Nas ações ajuizadas ou nos recursos em que figura como requerente ou recorrente advogado(a) ou sociedade de advogados com inscrição regular na Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Alagoas, perante o Poder Judiciário estadual, visando ao recebimento ou ao arbitramento de honorários advocatícios, a taxa judiciária, as custas processuais e o preparo recursal serão recolhidos apenas ao final, pela parte vencida.

§ 2° O disposto no § 1° deste artigo não se aplica às despesas com atos de comunicação processual, de constrição de bens, de avaliação e com realização de perícia.” (AC)

Art. 2° As disposições desta Lei aplicam-se às ações e aos recursos em tramitação, nos quais não tenham sido recolhidos a taxa judiciária, as custas processuais e o preparo recursal, ainda que já tenha sido deferido o seu parcelamento.

Art. 3° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO REPÚBLICA DOS PALMARES, em Maceió, 9 de julho de 2024, 208° da Emancipação Política e 136° da República.

PAULO SURUAGY DO AMARAL DANTAS
Governador